

## **Antecedentes históricos da luta pela terra no Brasil e o surgimento do MST<sup>1</sup>**

### **RESUMO**

O presente trabalho tem como principal objetivo identificar os mais relevantes fatores que levaram em 1984 ao surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o mais duradouro movimento social de luta pela terra no Brasil.

Buscamos fazer uma breve retrospectiva da luta pela terra em nosso país, identificando as sesmarias como o marco inicial do latifúndio e a Lei de Terras (lei 601/1850) como início da mercantilização da terra, ou seja, a terra tratada como propriedade.

Identificamos alguns movimentos que serviram de referência para a formação do MST e a inestimável participação da Comissão Pastoral da Terra no surgimento do Movimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Luta pela terra, reforma agrária, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

---

<sup>1</sup> MEDEIROS, Arthur S. de. Bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Membro do Observatório Fundiário Fluminense (ICHF/UFF)

## **Historical background of the struggle for land in Brazil and the emergence of the MST**

### **ABSTRACT**

This work has as main goal to identify the main factors that led in 1984 to the emergence of the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), the most enduring social movement struggle for land in Brazil.

We seek to make a brief review of the land struggle in our country, identifying the allotments as the starting point for the landowners and the Lei de Terras (Law 601/1850) as the beginning of the commodification of land, ie the land treated as property.

We seek to identify some movements that served as reference for the formation of the MST and the invaluable participation of the Comissão Pastoral da Terra in the emergence of the Movement.

**KEY-WORDS** Land struggle; Agrarian reform; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

## INTRODUÇÃO

A luta pela terra no Brasil existe desde que os portugueses aqui aportaram. A forma de ocupação que foi implantada no território, o latifúndio, concorreu de forma essencial para tal embate. Essa mesma forma de ocupação que perdura até os dias atuais está no centro dos problemas sociais que assolaram e continuam a assolar o campo brasileiro.

Os primeiros que sofreram com a expulsão de suas terras foram os indígenas que aqui habitavam quando da chegada dos colonizadores. Vítimas da violência e da legislação que foram impostas pela Coroa Portuguesa só lhes restou duas opções: o enfrentamento ou a fuga para regiões interioranas que num primeiro momento não tiveram tanto interesse para os portugueses. Do enfrentamento resultou quase que o extermínio daqueles povos que ousaram não se curvar ao poder da metrópole preocupada apenas em extrair riquezas de nosso território.

Desde o “descobrimento” até meados de 1800 a Coroa portuguesa adotou o modelo de monopólio da propriedade, ou seja, todas as terras pertenciam à Coroa. Porém, pressionada pela necessidade de angariar investimentos de capitalistas para implementação do modelo de *plantation* que se caracterizou por plantio de monocultura em grandes áreas utilizando-se tecnologia avançada e mão de obra escrava, a Coroa passou a adotar as concessões de uso com direito à herança, ou seja, apesar dos beneficiados pela Coroa terem direito de explorar a terra e passar tais direitos a seus herdeiros, não havia a possibilidade de compra e venda da terra, ou seja, a terra ainda não era tratada como mercadoria.

Em meados do século XIX, quando a pressão dos ingleses que eram os principais parceiros comerciais de Portugal pelo fim da utilização de mão de obra escrava no Brasil se torna insustentável, foi promulgada a Lei nº601 de 1850 que caracterizou-se como a primeira Lei de Terras no Brasil. Esta lei que foi promulgada com o principal intuito de não permitir que os escravos libertos se tornassem proprietários de terras marca o início da propriedade privada das terras em nosso país. Esta lei previu também que aquelas pessoas que possuíam concessão de uso da terra poderiam adquiri-las da Coroa. Nota-se assim com clareza que a Lei de Terras de 1850 foi o marco jurídico inicial do latifúndio no Brasil que perdura até os dias atuais.

Em 1888 ocorreu a promulgação da Lei Áurea que libertou os escravos, porém devido ao regime de terras instituído pela Lei 601 de 1850 estes não conseguiram ter acesso à propriedade, tendo em vista não possuírem capital para adquirir a terra. Continuavam assim à mercê da exploração dos grandes proprietários, porém agora como assalariados.

Como consequência lógica do fim da escravatura há a derrocada do modelo de *plantation* que era totalmente baseado neste tipo de mão de obra. Somado a isto havia no Velho Continente grande massa de camponeses que faliram com o avanço da Revolução Industrial do final do século XIX. Todo este contexto europeu somado à necessidade da substituição da mão de obra escrava no Brasil fez com que o governo implementasse projetos que visavam a imigração. Estes imigrantes aqui chegando foram absorvidos de diferentes formas. Aqueles que se deslocaram para a região Sul receberam lotes de terras de tamanho entre 25 ha e 50 ha pelos quais pagaram valores abaixo do de mercado. Já os que foram para São Paulo e Rio de Janeiro para trabalhar principalmente nas lavouras de café, principal produto de exportação do período, foram integrados sob a forma de colonato.

Com a eclosão da Primeira Grande Guerra Mundial em 1914 que assolou a Europa este fluxo de camponeses pobres para o Brasil é interrompido. Neste contexto nasce o campesinato brasileiro formado principalmente pelos imigrantes que vieram em busca de melhores oportunidades e não conseguiram se adequar às condições que aqui encontraram e também pelas populações mestiças que se formaram nos 400 anos seguintes ao “descobrimento”, população mestiça esta oriunda dos cruzamentos entre negros, índios e brancos que não se submetia ao trabalho escravo e também ficou alijada da propriedade de terras com a Lei de Terras.

Esta massa de pessoas que não tinham acesso à terra e não se deslocou para as cidades em busca de subempregos começou a se mover para o interior do país, área em sua maioria pouco ou nada utilizada pela economia agroexportadora em virtude de sua distância dos portos por onde se escoava a produção para a Europa. Estes camponeses não tinham a propriedade da terra, mas tinham sua posse e foram ocupando a terra individual ou coletivamente buscando tirar dela sua subsistência.

A partir da década de 1930, já com a crise do modelo agroexportador, há uma modificação que vai marcar a história política e econômica brasileira. Neste ano a ainda

jovem burguesia industrial brasileira decide pôr fim à hegemonia política das oligarquias rurais que defendiam o modelo agroexportador. Getúlio Vargas chega ao poder e começa a implantar um modelo econômico que ficou conhecido por industrialização dependente que recebeu este nome, pois, a industrialização que começava a se implantar era dependente do capital internacional e não rompia com a oligarquia rural de onde vinha grande parte dos novos industriais.

Importante ressaltar que este movimento da burguesia industrial que levou Getúlio Vargas ao poder alijou a oligarquia rural apenas do poder político, mantendo sua propriedade sobre as terras e também o modelo agroexportador. Na verdade, a burguesia industrial era oriunda da oligarquia rural, notadamente dos grandes produtores de café e açúcar que fizeram fortuna quando estes produtos estavam no auge das exportações. Além disto, para efetivar a implementação do modelo industrial era necessário que as exportações de produtos agrícolas continuassem rendendo divisas, pois foi este rendimento aliado ao capital estrangeiro por meio de empréstimos contraídos que financiou em grande parte a instalação da indústria no Brasil.

A partir de 1960 observou-se um debate maior em torno do tema reforma agrária no cenário político. Nesta época quatro centros de reflexão se destacaram: o Partido Comunista Brasileiro (PCB), setores reformistas da Igreja Católica, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e os economistas conservadores da USP.

Nos setores reformistas da Igreja Católica a chamada doutrina social da Igreja teve papel fundamental para trazer o tema reforma agrária à tona. Nos anos seguintes estes setores da Igreja foram de grande valia na organização sindical no campo e defenderam a idéia da legitimação da propriedade fundiária com base no princípio da função social, princípio este que estaria presente também no Estatuto da Terra (1964), na Constituição da República (1988) e que viria suplantiar a idéia da terra como mera mercadoria vigente desde a Lei de Terras de 1850.

Os economistas conservadores da USP tiveram como principal liderança Delfim Netto, que posteriormente foi nomeado ministro da Fazenda. A tese dos economistas conservadores apresentou um plano de modernização agrícola que foi implementado nas décadas seguintes. Importante frisar que esta tese da modernização agrícola não respondeu aos questionamentos ético-sociais levantados pelos pensadores do PCB nem

pela doutrina social da Igreja Católica, preocupando-se única e exclusivamente em combater os argumentos da necessidade de transformação da estrutura fundiária pela rigidez da oferta agrícola.

Esta tese dos economistas conservadores, chamada de “modernização sem reforma”, que foi implementada pelos governos militares significou o estreitamento dos laços entre a indústria e a agricultura com uma mudança na base técnica de meios de produção por esta utilizado. Tal modernização sem reforma ou “Revolução Verde”<sup>2</sup> negava a existência de uma questão agrária, tendo em vista não considerar como entrave para a economia a estrutura fundiária e as relações sociais que se desenvolviam no campo. Afirmava ainda que a agricultura exercia sua função no plano de desenvolvimento econômico quando liberava mão-de-obra para o setor industrial sem decréscimo na produção (por meio da introdução de máquinas no campo), criava mercado consumidor para os produtos da indústria, aumentava as exportações do país e financiava parte da capitalização da economia. PALMEIRA (1989, p.87) assim se posiciona sobre tal modernização

Essa modernização, que se fez sem que a estrutura da propriedade rural fosse alterada, teve, no dizer dos economistas, "efeitos perversos": a propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu a taxa de auto-exploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo. Por isso, os autores gostam de usar a expressão "modernização conservadora"

A ascensão dos militares ao poder em 1964 significou também o desaparecimento do tema reforma agrária do cenário político. Apesar da promulgação do Estatuto da Terra em 1964 os governos militares que se sucederam e que sempre contaram com o apoio da elite latifundiária jamais tiveram a intenção de realmente promover uma mudança na estrutura fundiária do campo.

A reforma agrária deve ser vista como fruto da correlação de forças políticas inseridas no Estado, tendo de um lado os movimentos sociais de luta pela terra, dentre

---

<sup>2</sup> PORTO-GONÇALVES (Carlos Walter, **A Nova Questão Agrária e a Reinvenção do Campesinato: o caso do MST**), explica o porque da nomenclatura Revolução Verde: “É preciso relembrar que o próprio nome – Verde - que se emprestou a essa revolução-nas-relações-sociais-e-de-poder traz em si o contexto das lutas de classes em que ela foi engendrada. Muito embora já no imediato fim da 2ª Guerra Mundial, em 1946, o livro *Geografia da Fome* de Josué de Castro já assinalasse as implicações políticas do fenômeno da fome, em 1949, esse debate ganhará uma expressão política concreta com o protagonismo de camponeses pobres que, organizados numa Grande Marcha sob bandeiras vermelhas do comunismo, politizará de um outro modo a questão. A partir de então toda uma elite política e intelectual se mobilizará para afirmar que o problema da fome era uma questão técnica, uma questão de sementes, uma questão de produtividade e, com isso, propõem uma Revolução Verde<sup>2</sup> contra aquela Revolução Vermelha”

os quais se destaca o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), e outros setores da sociedade mobilizados para este fim, e de outro lado os grandes proprietários de terras devolutas, improdutivas e griladas, dentre os quais vão se destacar grandes conglomerados industriais, pessoas físicas e o próprio Estado. Ao analisar o tema assim se manifestou NEVES (1997, p.78)

“A política de reforma agrária resulta de algumas relativas vitórias obtidas a partir de um longo e recalcitrante processo de luta de segmentos da sociedade brasileira que contemplam um projeto de redistribuição da concentrada propriedade da terra. Contudo, para efeitos de assentamento, os trabalhadores beneficiários e conquistadores dessa política não são concebidos como atores políticos e cidadãos dotados de direitos conquistados. São submetidos a uma despolitização para uma repolitização enquadrada ou adaptada aos modos de convivência com a ação dos órgãos do Estado constituídos para tal fim.”

Importante, todavia, ressaltar que a reforma agrária almejada pelos movimentos sociais de luta pela terra não se resume a questões meramente econômicas. Na verdade o que se busca é uma mudança na estrutura de poder que inibe o desenvolvimento econômico e democrático. Nas palavras de STÉDILE (2002, p.314)

“uma reforma agrária no Brasil, para funcionar, tem que desapropriar as empresas agro-industriais. É impossível um produtor de leite ganhar mais pelo seu leite sem que a Nestlé, o Leite Glória, percam. E eles não vão aceitar perder; Então, necessariamente, a reforma agrária atual vai ter que mexer no complexo agro-industrial implantado no Brasil.”

A partir da implementação do modelo proposto pelos militares e do discurso simbólico imposto pela elites dirigentes percebe-se uma mudança na definição do latifúndio que passa da idéia tradicional do coronel detentor de grandes propriedades improdutivas a uma visão de grupos econômicos das mais distintas formações investindo na modernização da agricultura visando altos índices de produtividade para geração de divisas, que veio a ser chamado de agronegócio ou *agrobusiness*.

No período de distensão da ditadura militar novos movimentos sociais foram gestados e surgiram, dentre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

## **1) A estrutura fundiária secular**

O latifúndio historicamente foi o modelo agrário escolhido desde sempre no Brasil. O alto grau de concentração da propriedade no campo vem desde a época das sesmarias, foi mantido durante séculos e perdura até os dias atuais. Tal elemento teve grande impulso com os governos militares e seu projeto de modernização da agricultura, apostando numa agricultura altamente mecanizada e colonização de fronteiras agrícolas para posterior implantação de agroindústrias alimentadas com extrema fartura de créditos e subsídios. Este modelo eleito pelos militares agravou ainda mais a crise no campo.

WANDERLEY (1996:8) ao analisar o tema traz

“no Brasil, a grande propriedade, dominante em toda a sua História, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Neste contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor "bloqueado", impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção”

VINHAS (2011:136) explica a origem do latifúndio no Brasil

“Esta concentração que leva ao latifúndio, base predominante de nossa produção agropecuária, remonta à época da colonização do Brasil e conserva até hoje suas principais características. O acentuado grau de concentração da propriedade fundiária que caracteriza a generalidade da estrutura agrária brasileira é reflexo da natureza de nossa economia e resulta da formação do país desde os primórdios da colonização.

Desde cedo, quando se processou a ocupação e colonização do País, institucionalizou-se o monopólio da terra. Este prolongou-se durante a vigência do sistema de sesmarias, quando foi feita a distribuição de grandes extensões do território nacional aos senhores portugueses, ao mesmo tempo em que eram espoliadas e expulsas as populações aborígenes.”

BRUNO (1997, p.11) dá a noção da importância que se dá ao latifúndio e aos latifundiários até os dias atuais

Ser grande proprietário de terras no Brasil é sinônimo de prestígio, status e autoridade. Diria mesmo que a implementação de um modelo de desenvolvimento que “casou numa figura única” o capitalista e a grande propriedade fundiária; as novas relações e alianças que se estabelecem entre o capital e a propriedade capitalista, a imensa força política dos grandes proprietários de terra, desproporcional ao seu peso econômico, são processos que, por sua vez, também expressam a apologia da grande propriedade no país...

(...)

As leis, as instituições políticas, os tribunais e o direito consubstanciam este *ethos* da grande propriedade fundiária, com o cuidado de, ocasionalmente,

conceder alguns direitos aos trabalhadores rurais e, continuamente, preservar o monopólio e os privilégios dos grandes.

Hoje, a propriedade está mais protegida e cercada pelas leis, pela força, pelo capital territorializado e pelo Estado. A integração de capital gerou, ao nível dos dominantes interesses muito mais amplos, e assim os grandes proprietários de terra se sentem mais seguros porque não contam apenas com aliados potenciais, mas com parceiros que têm interesses em comum.

Por isso é que as designações latifundiários e empresários são complementares, não opostas, porque ambas inscrevem-se em um mesmo espaço de referências e de significações e ambas englobam a improdutividade e o lucro. Em conjunto, elas instituem uma nova realidade, onde velhas e novas formas de dominação convivem sem maiores escrúpulos: atrás da agroindústria esconde-se o latifundiário; atrás do banqueiro organiza-se a Associação de Criadores; atrás das sociedades anônimas decidem os clãs familiares; atrás do rei da produção flagra-se o pistoleiro. Ou seja, atrás do discurso moderno tenta-se dissimular o conservador.

Os conflitos sociais no campo e sua principal característica, a violência, não surgiram no século XX. Tais fatos remontam à época do descobrimento quando os indígenas passaram a ser vítimas de verdadeiro extermínio. OLIVEIRA (2001:190) ao tratar do tema traz

“Os indígenas, acudados, lutaram, fugiram e morreram. Na fuga deixaram uma rota de migração, confrontos entre povos e novas adaptações. A Amazônia é seguramente seu último reduto. Mas a sociedade brasileira capitalista, mundializada, insiste na sua capitulação. As reservas indígenas, frações do território capitalista para aprisionar o território liberto indígena, são demarcadas, porém, e muitas vezes, desrespeitadas.”

Além da violência contra os índios desde priscas eras assistiu-se também violência contra outras classes como os negros escravos praticada pelos senhores fazendeiros, contra os posseiros (outra categoria de camponeses sem terra) praticadas por jagunços a mando de latifundiários especuladores e grileiros. Esta violência é reconhecida por FERNANDES (2000)

“Há 500 anos, desde a chegada do colonizador português, começaram as lutas contra o cativo, contra a exploração e conseqüentemente contra o cativo da terra, contra a expulsão, que marcam as lutas dos trabalhadores. Das lutas dos povos indígenas, dos escravos e dos trabalhadores livres e, desde o final do século passado, dos imigrantes, desenvolveram-se as lutas camponesas pela terra. Lutas e guerras sem fim contra a expropriação produzida continuamente no desenvolvimento do capitalismo.

Durante os séculos XVI e XVII aconteceram diversas lutas indígenas contra o cativo. De norte a sul, Potiguares, Tamoios e Guaranis lutaram contra a invasão de seus territórios e contra a escravidão. Nesse tempo, a escravidão indígena foi sendo substituída pela escravidão dos povos trazidos da África.”

A reforma agrária no Brasil nunca foi um projeto de governo. DUARTE (1953:15) ao analisar o tema vislumbrou toda a dificuldade em sua consecução, pois

afirmava que tal reforma incidiria sobre o esteio de todo um sistema econômico. E foi além:

"não se restringe ao campo apenas dos interesses econômicos que lhe são próprios, cria uma cultura, uma moral, um sentimento que é uma das formas de sua capacidade de predomínio e persistência"

A primeira lei brasileira que tratou do tema reforma agrária foi o Estatuto da Terra, editado em 1964 durante o regime de ditadura militar com o objetivo de tentar controlar a crescente insatisfação que havia no campo devido ao regime latifundiário brasileiro que perdurava desde a época do Brasil colônia. Ao discorrer sobre o tema MARTINS (2003) afirma

“Toda a proposta do Estatuto da Terra é baseada num conceito de tensão social latente. A tensão aí considerada não se traduz a não ser como anomalia política, seja em demanda ativa de regularização fundiária seja em demanda ativa de redistribuição de terras.”

Até a década de 1920 os movimentos de luta pela terra no Brasil foram situações pontuais e vistos como movimentos messiânicos, supostamente desprovidos de um caráter político ideológico, mas cuja repressão atestava a intensidade do confronto que representavam assim mesmo para o latifúndio. Outros movimentos foram tratados questões privadas ou, quando o governo participava, como questão policial e militar, sendo alguns dos eventos mais marcantes as revoltas de Canudos no sertão baiano em 1897, a revolta do Contestado que se deu em Santa Catarina entre os anos de 1912 a 1916 e a Irmandade da Santa Cruz do Deserto surgida no sítio do Caldeirão, município de Crato, Ceará, em 1936. Estes eventos têm em comum a característica de terem sido conduzidos por líderes messiânicos, figurando Antônio Conselheiro em Canudos, “Monge” José Maria no Contestado e beato José Lourenço no Caldeirão. Em Canudos Antônio Conselheiro desenvolveu uma comunidade baseada no trabalho cooperado onde todos tinham direito à terra e se desenvolvia a agricultura familiar. O Contestado se consolidou quando milhares de famílias de posseiros foram expulsas das terras onde produziam para implementação da ferrovia São Paulo – Rio Grande do Sul por parte da companhia americana Brazil Railway Company. Estas famílias expulsas se juntaram a um movimento camponês de caráter político-religioso que havia surgido na região de Campos Novos e Curitiba e era liderado pelo pregador “Monge” José Maria. Já no Caldeirão instalou-se uma comunidade camponesa baseada em moldes socialistas primitivos. Além do caráter messiânico outro ponto em comum entre os movimentos foi

a participação maciça das tropas do Exército para dizimá-los, inclusive no Caldeirão com o uso de bombardeios a partir de aviões que deixaram mais de mil camponeses mortos.

As lutas dos trabalhadores no campo não eram enxergadas como políticas e sim como casos de polícia ou fanatismo religioso.

FERNANDES (2000) comenta sobre a importância de Canudos

“Na Bahia, camponeses sem-terra terminaram uma longa peregrinação no arraial de Canudos. Era um movimento social messiânico que não se submeteu à ordem coronelista e latifundiária. E por essa razão, foram declarados inimigos de guerra.

E assim começou a guerra contra os camponeses. Canudos foi o maior exemplo da organização de resistência camponesa do Brasil. Os camponeses sem-terra acamparam na fazenda Canudos em 1893 e passaram a chamar o lugar de Belo Monte. A organização econômica se realizava por meio do trabalho cooperado, o que foi essencial para a reprodução da comunidade. Todos tinham direito à terra e desenvolviam a produção familiar, garantindo um fundo comum para uma parcela da população, especialmente os velhos e desvalidos, que não tinham como subsistir dignamente.

Foram acusados de defender a volta da monarquia. Expedições Militares de quase todo o Brasil atacaram mais de 10 mil camponeses. De outubro de 1896 a outubro de 1897, os ataques do exército foram enfrentados e refreados até o cerco completo e o massacre do povo de Canudos. "Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até o esgotamento completo... caiu no dia 5 de outubro de 1896, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados". Foi a guerra mais trágica, mais violenta do Brasil.

Esta guerra representou o desdobramento das disputas pelo poder, entre os coronéis e o governo. Derrotar Canudos significava mais força política entre militares e civis, ligados ao interesse da economia da monocultura cafeeira. Para os sertanejos, combater os republicanos, tinha, antes de mais nada, o sentido de lutar contra os inimigos dos trabalhadores: os fazendeiros e os militares.”

SCHILLING (1979:127) externa outra visão sobre as lutas que muitos tratavam como fanatismo religioso

“Durante todos esses séculos o interior brasileiro foi cenário de lutas permanentes. Algumas assumiram o caráter definido de rebelião de escravos, como a epopeia de Palmares (que resistiu quase um século) e dezenas de outros quilombos. Outras, apesar de serem apresentadas pela historiografia oficial como levantes de fanáticos religiosos, foram autênticas rebeliões camponesas (Canudos, Contestado, etc.)”

A partir da década de 1920, notadamente a partir de 1922, alguns acontecimentos provocam modificações na relação proprietário rural – trabalhador rural – luta pela terra. Dentre estes acontecimentos destaca-se, indiretamente a Semana de

Arte Moderna de 1922, e mais explicitamente o movimento tenentista e a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que apesar de não terem a reforma agrária como tema principal traziam secundariamente tal assunto em suas discussões sobre o mundo rural e sua participação na construção da nação. VINHAS (2011:167) ao comentar a participação do movimento tenentista traz

“É que, já nos tempos da escravidão, oficiais do Exército se recusavam a caçar fugitivos do cativo. Os movimentos tenentistas tem traços progressistas contra o domínio das forças tradicionais do latifúndio. Mantendo estreito contato com os camponeses nas mais diversas regiões do país, marco de sua atividade profissional, setores deles sentem de perto a necessidade da reforma agrário-camponesa, e as posições nacionalistas e democráticas deles podem influir no sentido da reforma agrária.”

Nesta mesma época ocorre no Brasil uma tentativa de mudança no paradigma do trabalhador urbano, buscando torna-lo dócil, produtivo e despolitizado. Tal acepção remete ao sindicalismo cristão que encontra seu marco inicial na edição da encíclica *Rerum Novarum* (1891) que propunha uma colaboração entre patrões e empregados, buscando tornar capitalismo justo e equitativo sem violência e luta de classes.

Com a ascensão de Vargas ao poder (1930-1945) tem início uma luta para estender aos trabalhadores rurais os mesmos direitos concedidos aos trabalhadores urbanos, dentre eles limitação da jornada de trabalho, concessão da carteira de trabalho, salário mínimo, férias, previdência social e o direito de se sindicalizar. A idéia de se regulamentar as atividades exercidas pelos trabalhadores rurais e a criação de sindicatos separados para trabalhadores rurais e patrões foi rechaçada pelos grandes proprietários rurais que defendiam a criação de organização mista de patrões e empregados para que não houvesse “desarmonia” entre as “classes agrícolas”. Na questão do acesso à terra o governo Vargas teve como principal bandeira a Marcha para o Oeste com a qual pretendia estimular a permanência do homem no campo em áreas novas, organizados em pequenas propriedades e com concepção cooperativista. Tal idéia propiciou a instalação de colônias agrícolas no Paraná, Mato Grosso, Goiás e Pará, demonstrando que a política varguista de desconcentração fundiária se limitou à área de fronteira agrícola, pois nas outras áreas prevaleceu o poder e influência dos grandes proprietários rurais.

## 2) A emergência das lutas sociais no campo de 1945-1960<sup>3</sup>

Devido à pressão imposta pelos grandes latifundiários e aceita pelo governo para evitar a criação de sindicatos no campo os trabalhadores rurais passam a se organizar em associações civis. Entre os anos 45/60 observa-se o fortalecimento destas associações civis que lutavam por direitos no campo. Em 1954 é criada a ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), que segundo MORISSAWA(2001:94)

“criada pelo PCB, em 1954, a ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas) tinha por finalidade coordenar as associações camponesas e criar as condições para uma aliança política entre os operários e os trabalhadores rurais. Em geral, seus líderes eram camponeses, mas havia uns poucos indicados pelo PCB. Essa organização foi criada aos poucos em todos os estados, com exceção do Rio Grande do Sul, onde havia o MASTER, e em Pernambuco, onde havia as Ligas Camponesas. Seus principais líderes foram Lindolfo Silva e Nestor Veras.”

Um ano depois, em 1955, o advogado Francisco Julião apoia em Pernambuco, mais especificamente no município de Vitória de Santo Antão, a criação de uma associação de foreiros de um engenho decadente (Engenho Galiléia) que viria a ser o primeiro núcleo das Ligas Camponesas que teve como um de seus fundadores José dos Santos Prazeres. As Ligas Camponesas que defendiam a permanência dos trabalhadores rurais no campo reagindo à proletarização e a reforma agrária tiveram fundamental importância na formação de uma consciência camponesa e tinham como lema “Reforma agrária na lei ou na marra”. Nascida em Pernambuco rapidamente se espalhou para outros estados do Nordeste e outras regiões do Brasil. Além de Francisco Julião e José dos Santos Prazeres, outros importantes lideranças das Ligas foram Clodomir Moraes (dissidente do PCB), padre Alípio Freitas no Maranhão (ligado à esquerda radical cristã) e João Pedro Teixeira na Paraíba (Liga do Sapé).

Falando mais claramente, na pauta de luta das Ligas a prioridade estava centrada na reforma agrária, contra o latifúndio e pela distribuição democrática da terra; enquanto que para o PCB e a Igreja a questão principal era avançar o processo de proletarização privilegiando como forma organizativa o sindicalismo. Havia, portanto, uma tensão entre os mediadores da luta no campo que se revelará no momento da fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura que veremos

---

<sup>3</sup> Este item tomou como parâmetro o livro de MEDEIROS, Leonilde Servolo de – A HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO

adiante. A Igreja Católica passou a disputar as bases das Ligas e do PCB, defendendo a reforma agrária e a sindicalização dos trabalhadores rurais, buscando solução para os conflitos que não passasse pela “luta de classes”.

Nesta década de 1950 surgem também outros agrupamentos diversos de trabalhadores rurais reivindicando melhores condições de subsistência no campo, tendo como principais bandeiras a luta pela reforma agrária e contra a concentração fundiária. Dentre estes agrupamentos podemos destacar arrendatários, parceiros, foreiros, meeiros, agregados e posseiros. Em Trombas e Formoso, Goiás, posseiros que reivindicavam o acesso à terra pelo trabalho de desbravamento e investimento no solo, devido à sua grande mobilização e organização conseguiram impor seu reconhecimento ao estado.

Outro ator importante neste contexto foi o Partido Comunista Brasileiro (PCB). O objetivo do partido ao apoiar as lutas dos camponeses era organizá-los com o intuito de revolucionar o capitalismo, entendendo que a reforma agrária seria uma etapa de uma revolução democrática. Com o passar do tempo o partido reviu seu conceito inicial de confisco de terra dos grandes latifundiários e sua distribuição gratuita aos trabalhadores sem terra e passou a defender que para promover tal revolução seria necessário formar um movimento amplo, inclusive se aliando com a fração progressista da burguesia, que recebeu o nome de Frente Democrática de Libertação Nacional. Ao analisar tal momento MARTINS (1983:85) escreveu

“O partido entendia que um governo nacionalista e democrático pode ser conquistado nos quadros do regime então vigente. Seria o caminho pacífico para a revolução anti-imperialista e antifeudal”

A criação desta Frente Democrática de Libertação Nacional que defendia uma reforma agrária pela via parlamentar com mudanças estruturais de base gradativas fez com que o partido se afastasse das Ligas Camponesas e passasse a disputar com a Igreja a organização dos sindicatos de trabalhadores rurais. A Igreja<sup>4</sup> progressista, porém, tinha outra visão da reforma agrária, pois enxergava nesta uma forma dos agricultores terem acesso às condições dignas, tais como assistência técnica visando a entrada destes agricultores no mercado capitalista.

---

<sup>4</sup> A Igreja como qualquer outra instituição da sociedade não pode ser vista como um ente homogêneo. No seu papel de mediação das lutas no campo as duas forças, tanto a do setor progressista como a do setor mais conservador, atuavam. A primeira apoiando o avanço da reforma agrária pelos trabalhadores. A segunda tentando evitar que os trabalhadores levassem à cabo, sobretudo com apoio do PCB, uma reforma agrária, portanto, essa frente oferecia a sua própria proposta de reforma agrária pacífica e sem conflitos com o governo e com o latifúndio.

Em 1961 ocorreu o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas em Belo Horizonte, MG, onde ficou latente a disputa entre o PCB e as Ligas Camponesas pela concepção da natureza da reforma agrária. MARTINS (1983:89) ao analisar a disputa entre PCB e as Ligas aduz:

“Já em 1960, para o Partido a reforma agrária radical seria alcançada por etapas, através de reformas parciais. Para as Ligas, ao contrário, a reforma somente seria radical se alcançasse no seu conjunto o direito de propriedade da terra, se acabasse com o monopólio de classe sobre a terra e desse lugar à propriedade camponesa, inclusive à estatização da propriedade [...]. De qualquer modo, o golpe de 64 encarregou-se de por fim ao projeto das Ligas que era um projeto de revolução camponesa”

Enquanto o PCB via nas greves a principal forma de luta, as Ligas defendiam as ocupações de terras que começavam a ganhar destaque na mídia. Tais ocupações foram estimuladas pelas Ligas em áreas de onde camponeses haviam sido expulsos e também com a formação de acampamentos de sem-terra promovidos por outras entidades, que à guisa de exemplo, citamos o MASTER, Movimento de Agricultores Sem Terra, criado em 1958 no Rio Grande do Sul sob influência de líderes políticos do PTB dentre eles Leonel Brizola, Paulo Schilling, Jair Calixto e João Sem-Terra. O MASTER teve início com a resistência de 300 famílias de posseiros no município de Encruzilhada do Sul e considerava como sem terra o assalariado rural, o parceiro, o peão e também os pequenos proprietários. Tal movimento posteriormente se espalhou por outras regiões do Rio Grande do Sul e teve o acampamento como principal forma de luta no acesso à terra.

SCHILLING (1979:141) ao analisar as reivindicações dos camponeses neste Congresso de 1961 afirma

“Como se vê, eram modestas as pretensões dos camponeses brasileiros. Pretendiam somente a possibilidade de acesso à terra por meio de compra a longo prazo e juros baixos. Exigiam ainda algumas normas reguladoras sobre a aquisição, propriedade e utilização das terras. O que pleiteavam não era – nem de longe – uma reforma agrária de tipo socialista. E sim uma reestruturação agrária que objetivasse eliminar os resíduos feudais que obstaculizam a evolução capitalista no campo e melhorar as condições de vida da imensa massa agrária.”

Em 1962 o presidente João Goulart não satisfeito com a postura que as citadas associações civis adotavam frente ao pacto populista que lhe sustentava politicamente editou portaria facilitando o reconhecimento de trabalhadores no campo.

Assistiu-se então a uma enorme mobilização de associações e entidades em busca de cartas sindicais visando reconhecimento oficial. Importante ressaltar que neste momento o sindicato no campo tinha uma outra característica além daquela de administrar os conflitos capital/trabalho. Possuía também um viés de busca pela cidadania do trabalhador rural, entendendo cidadania como a busca de um lugar político próprio na sociedade civil.

Em 1963 ocorreram dois eventos de suma importância: a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural que legalizou a atividade sindical no campo e a criação da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Na formação da chapa para ocupação da CONTAG o PCB e a Igreja se aliam, colocando para escanteio as Ligas Camponesas que vão a partir de então gradualmente se dissolvendo e desaparecendo do mapa das lutas, embora seu ideário permanecesse vivo até doas dias de hoje. A grande luta desta entidade sempre limitou-se aos marcos legais contidos no Estatuto do Trabalhador Rural quando o conflito era entre capital e trabalho e nos marcos do Estatuto da Terra (1964) quando o conflito era entre posseiros, parceiros e arrendatários e os proprietários de terras. Esta visão legalista baseada numa estrutura vertical poderosa resultou na consolidação de uma concepção corporativista, significando, em última análise, em um entrave na recuperação das formas independentes de organização e de luta no campo.

Em 1964 ocorreu o golpe militar que depôs o presidente João Goulart, apontado como tendente à realização de uma ampla reforma agrária, e contou com apoio das entidades patronais rurais em virtude da intensificação da luta por terra no campo brasileiro e pela melhoria das condições de trabalho do trabalhador rural. Discorrendo sobre tal período MEDEIROS (2010:123) afirma

“o golpe militar, em cujo desencadeamento as reivindicações por reforma agrária tiveram papel importante, produziu inovações institucionais e legais. Essas inovações surgiram a partir dos conflitos prévios ao golpe, em um processo que constitui os trabalhadores do campo em atores políticos.”

SCHILLING (1979:120) afirma que João Goulart na verdade não desejava promover uma reforma agrária radical conforme alardeado e utilizado pelas elites agrárias para apoiar o golpe. Neste sentido

“Se Goulart tivesse querido efetivamente as reformas, em particular a agrária, bastaria que tivesse utilizado sua influência para ganhar o voto da bancada “fisiológica”. Esses votos, somados aos dos parlamentares progressistas, mais

a pressão popular sobre o Congresso (por que não?) e das próprias forças armadas, quando o esquema militar ainda não havia-se deteriorado, teriam sido mais que suficientes para eliminar os obstáculos constitucionais que impediam uma reforma agrária radical.

Jango poderia também ter posto em prática a sugestão de Brizola: *utilizar a legalidade até os limites extremos, inclusive invadindo essa “terra de ninguém” que existe entre o legal e o ilegal*, procedendo da seguinte maneira:

A Constituição de 1946, dentro de sua sistemática conservadora, depois de garantir por todos os meios o direito de propriedade, estabeleceu que a mesma *pode ser expropriada por necessidade pública ou interesse social, por seu justo valor e mediante pagamento em dinheiro*.

(...) Não somente em relação à reforma agrária era falsa a posição de Jango. Nenhuma das outras reformas reclamadas pelo povo mereceram a devida atenção por parte de seu governo. Os projetos respectivos, quando chegaram a ser elaborados, eram meros paliativos demagógicos e que constituiriam fracassos se chegassem a ser aplicados.”

VINHAS (2011:162) ao analisar a participação dos latifundiários nos fatos imediatamente antecedentes e posteriores ao golpe de 64 não deixa dúvidas quanto ao objetivo desta categoria e os meios por ela empregados para alcançar seus objetivos:

“Utilizam, enfim, todos os meios legais e ilegais para impedir a reforma agrária, que já se tornou uma idéia amplamente divulgada nas mais diferentes camadas da população. Inúmeras denúncias pela imprensa e pelo Congresso deram indicações de estarem sempre se preparando, inclusive com armas, para resistir de todas as maneiras à reforma agrária, mesmo transformada em lei. De acordo com depoimentos dos mais responsáveis do movimento de abril, grande número de latifundiários participou na preparação e execução do movimento de 1º de abril de 1964, objetivando instituir um regime contrário à reforma agrária e a repressão às organizações e aos líderes dos trabalhadores rurais.

No histórico do movimento de 1º de abril, e posteriormente aos primeiros dias e semanas, foram constatadas ações dos latifundiários e de mandados seus por ataques e destruição de sindicatos, ligas camponesas, assim como de prisões, espancamentos e assassinatos de líderes camponeses e líderes operários no interior brasileiro.”

### **3) A ditadura militar, a questão fundiária e a luta pelos direitos dos trabalhadores rurais**

PORTO-GONÇALVES (2005) esclarece a devassa que o golpe militar efetuou nos movimentos que lutavam por terra e permitiu a expansão do agronegócio

A ditadura forjara todo um conjunto de condições gerais de produção, sem o que tornar-se-ia impossível a profunda transformação que se deu no país, a começar com a repressão a todas(os) aquelas(es) que lutavam por Reforma Agrária e, ainda, com a abertura de estradas, com a construção de redes de

energia, com a implantação de indústrias de base para o setor, como a agroquímica, além de instituições de pesquisa, como a Embrapa.

Neste mesmo ano de 1964 foi promulgado pelo governo militar o Estatuto da Terra, verdadeiro marco na luta por reforma agrária. Ao definir a importância e as inovações trazidas com a promulgação de tal estatuto MEDEIROS (2010:123) traz

“estabelecendo os objetivos e os termos de uma reforma agrária, e uma emenda constitucional que permitia que as indenizações das terras desapropriadas por interesse social fossem pagas em títulos da dívida pública após a desapropriação. Esses documentos passaram a delimitar o campo de disputas pelo perfil e limites da reforma agrária, mantendo-se ainda hoje como referência política”.

VINHAS (2011:135) ao comentar tal diploma legal expõe que o Estatuto da Terra não atacou o principal problema do campo brasileiro, qual seja, a concentração fundiária. Assim afirmando

“O estudo objetivo e desapaixonado do referido diploma leva à conclusão de que, não obstante as contribuições positivas da emenda constitucional e da lei da reforma agrária propriamente dita, o “Estatuto” não alterará, em essência, a estrutura fundiária do país. Isto porque não enfrentou o aspecto fundamental da estrutura agrária brasileira, ou seja, o monopólio da imensa extensão de terra por uma minoria de latifundiários, que explora a grande massa de lavradores sem, ou com pouca terra. O referido “Estatuto” ignorou tal problema. Não chegou sequer a caracterizar de forma clara o que é latifúndio. As referências que faz ao assunto são apenas para garantir a continuidade do mesmo e para manter os privilégios de uma minoria ínfima de proprietários. De outro lado, o “Estatuto” consagra a permanência de zonas com milhões de “sem-terra”, aqueles a quem tudo é negado. Ele exprime apenas uma tributação territorial um tanto melhorada, uma “distribuição” de plagas devolutas mediante vendas e financiamentos. Visa apenas à colonização. Todas estas providências são apenas superficiais, que não alteram o *status quo* da estrutura fundiária.”

PALMEIRA (1989:95) mostra uma outra visão, elucidando a importância que o Estatuto do Trabalhador Rural e o Estatuto da Terra tiveram para o Estado

Antes de indicar uma política, a nova legislação impôs um novo recorte da realidade, criou categorias normativas para uso do Estado e da sociedade, capazes de permitir modalidades, antes impensáveis, de intervenção do primeiro sobre esta última. Ao estabelecer, com força de lei, conceitos como latifúndio, minifúndio, empresa rural; arrendamento, parceria, colonização, etc., o Estado criou uma camisa-de-força para os tribunais e para os seus próprios programas de governo, ao mesmo tempo que tornou possível a sua intervenção sem o concurso de mediadores e abriu espaço para a atuação de grupos sociais que reconheceu ou cuja existência induziu. Nesse sentido, independentemente da efetivação de políticas por ela possibilitadas - a reforma agrária, a modernização agrícola, a colonização são exemplos - a nova lei passou a ter existência social a partir da hora em que foi promulgada. Tornou-se uma referência capaz de permitir a reordenação das relações entre grupos e propiciar a formação de novas identidades.

(...)

A legislação não determina uma política. O Estatuto da Terra, na sua ambigüidade, abre a possibilidade de diferentes vias de desenvolvimento da agricultura e oferece múltiplos instrumentos de intervenção ao Estado. Nos governos que se sucederam após 1964, uma via foi priorizada: a da modernização do latifúndio, em prejuízo daquela que era, aparentemente, privilegiada pela letra do Estatuto, a da formação de propriedades familiares.

SILVA (1999, p.8) enxerga a atuação estatal como ativa no processo de desterritorialização dos trabalhadores do campo a partir do Estatuto da Terra e do Estatuto do Trabalhador Rural

Quando entram em vigor o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), de 1936, e o Estatuto da Terra (ET), de 1964, tem-se o Estado, mais uma vez, patrocinando e dirigindo o processo de expulsão de trabalhadores e trabalhadoras do campo. Grande parte deles foi integrar o lumpemproletariado dos grandes centros urbanos; outra, passou a residir em cidades-dormitórios e a trabalhar como bóias-frias.

Após o citado golpe de 1964 a gama de sindicatos instituídas no governo João Goulart é reduzida a uma única forma: sindicato único por base municipal. Com isto assiste-se a agrupamentos e desfazimentos de sindicatos. Observa-se uma maior repressão aos sindicatos ligados às ligas e grupos de esquerda, tendo um pouco mais de tolerância àqueles ligados à Igreja Católica que passam de “sindicatos cristãos” para “sindicatos do governo”.

A CONTAG, colocada sob intervenção pelo governo militar em 1964, é retomada em 1969 pelos sindicalistas das mãos de interventores ligados ao governo. Com esta retomada observa-se uma ênfase maior na luta pelos direitos elencados no Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e Estatuto da Terra (1964) que visava melhorias de condições de vida e de trabalho no campo.

A unidade imposta pelo governo agrupando no mesmo sindicato e sob a denominação “trabalhador rural” uma gama ampla de categorias serviu para impulsionar uma luta comum de todas estas categorias, qual seja, a luta pela reforma agrária. Neste contexto a unicidade sindical foi defendida contra o pluralismo. Sobre essa união de diversas categorias sob a mesma denominação citamos o valioso ensinamento de PALMEIRA (1989:103)

Embutido no processo de desenvolvimento da organização sindical, ocorria um outro processo de conseqüências igualmente importantes: a elaboração de uma identidade de classe pelos que trabalham no campo. A adoção da identidade de *camponês* significava juntar, em torno da vinculação à terra através do trabalho, pessoas e grupos que o recorte por sua inserção numa

relação de dominação determinada, por uma vinculação espacial qualquer, por uma determinada maneira de dispor do produto do seu trabalho, por particularidades étnicas ou religiosas, separava politicamente.

Com a legislação, o problema da identidade, fundamental ao reconhecimento político, tornou-se mais complexo. Ao introduzir figuras jurídicas novas (parceiro, arrendatário, assalariado, etc.), e fazer com que o trabalhador fosse obrigado a assumi-las para o exercício das novas práticas introduzidas em sua vida pela previdência, pelos tribunais, pelo próprio sindicato, a legislação contribuía para a ruptura das identidades "tradicionais" e abria a possibilidade de uma dispersão de identidades. O problema foi agravado pela censura governamental ao uso do termo "camponês". O movimento sindical dos trabalhadores rurais conseguiu, todavia, realizar a proeza política de, desvincilhando-se da diversidade de termos que eram utilizados pelos organismos oficiais, de *campônio arurícola*, apropriar-se eficazmente daquele que era simultaneamente o mais neutro (porque genérico) e o menos neutro (pela referência ao trabalho) — *trabalhador rural* — e inculcá-lo em suas bases, adotando-o como um termo "naturalmente" genérico para unir todos os que vivem do trabalho da terra, posseiro ou pequeno proprietário, arrendatário ou parceiro, assalariado permanente ou temporário, e fazendo-se reconhecer pelas demais forças sociais como o seu representante.

Nos anos 70 a política desenvolvida pelo governo militar na região amazônica gerou inúmeros conflitos estando de um lado empresários ávidos pelos incentivos fiscais oferecidos pelo governo e de outro posseiros, índios e assentados pela reforma agrária. Para ter acesso aos incentivos fiscais o governo impunha aos empresários que implantassem seus projetos agropecuários na região onde se encontravam os indígenas que em sua maioria foram dizimados e posseiros que foram empurrados para a nova fronteira agrícola ou para as cidades que surgiam na região. Em defesa dos índios surgiu o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e na dos posseiros e colonos a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Em 1975, após a realização do Encontro da Pastoral da Amazônia Legal realizado pela CNBB a pedido do bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia, região que até os dias atuais é foco de intensos e violentos combates de luta pela terra, foi criada a CPT (Comissão Pastoral da Terra) que anos mais tarde vai ser de fundamental importância na criação do MST.

Em julho de 1978 ocorreu a expulsão de posseiros pobres de uma reserva indígena assim reconhecida desde o ano de 1847 localizada no município de Nonoai, RS, quando índios *kaikangs* expulsaram cerca de 1.200 famílias. Estas famílias acamparam na beira de estradas, pois não tinham para onde ir. O governo federal ofereceu que estas famílias fossem para o Mato Grosso e cerca de 700 aceitaram tal proposta. As outras 500 ficaram perdidas e agruparam-se, principalmente, em três

lugares: Planalto, Nonoai e Três Palmeiras (que na época pertencia a Ronda Alta). Parte destas famílias, sob orientação de pessoas como João Pedro Stedile, Ivaldo Gehlen e Fladimir Araújo decidiu então ocupar a fazenda Macali que era uma terra pública grilada por um grande fazendeiro de nome Ari Dalmolin. Tal ocupação atraiu para a pela luta pela reforma agrária a atenção da mídia. FERNANDES (2000) narra de forma emocionante a ocupação da fazenda Macali

“A luta marca a vida e fica na memória. Aos que lutam, a memória persiste e jamais se esquece da história. Foi assim que em 1979, no dia 7 de setembro, 110 famílias ocuparam a gleba Macali, no município de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. Essa ocupação inaugurou o processo de formação do MST. As terras da Macali eram remanescentes das lutas pela terra da década de sessenta, quando o MASTER organizara os acampamentos na região. Portanto, a luta pela conquista destas terras estava registrada na memória dos camponeses, que agora participavam de uma luta maior: a luta pela construção da democracia.”

Poucos dias depois da ocupação da fazenda Macali outro grupo de sem terra ocupou a fazenda Brilhante<sup>5</sup>.

Em julho de 1979 aconteceu o 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais patrocinado pela CONTAG onde foi proposto o tema reforma agrária ampla, massiva, imediata e com a participação dos trabalhadores, vinculando o tema reforma agrária e democracia em plena época de abertura política, fazendo com que este tema voltasse a ocupar um lugar de destaque.

Nos anos 80 observou-se um aumento da violência decorrente do aumento da pressão social dos camponeses na luta pela terra. Como resposta à modernização conservadora aumentava a luta pela terra por parte dos camponeses. Porém, esta violência que se acentuou na década de 80 por parte dos latifundiários sempre existiu e já era apontada por VINHAS (2011:165) na década de 1960 ao analisar o crescimento dos movimentos camponeses

“Nos diferentes Estados da Federação, vêm-se ensaiando lutas pela obtenção de terras, lutas estas que se revestiam de formas pacíficas, predominantemente, embora vez por outra se travassem choques sangrentos. Eram e ainda são escaramuças esporádicas e improvisadas. Os responsáveis por tais ocorrências são os latifundiários, os eternos massacradores dos agricultores, a datar da época do descobrimento do Brasil. Qualquer agravamento de contradições e tensões só é viável devido à pressão dos

---

<sup>5</sup> A ocupação das fazendas Macali e Brilhante teriam sido um embrião do MST que iria se consolidar em 1984 com o apoio da CPT

latifundiários e dos seus comandados, que levam as massas ao estado agudo de descontentamento incontrolável, porque as leis da superação das contradições na sociedade abrem caminho de qualquer forma.”

Neste cenário de pressão social por reforma agrária, em meados dos anos 80, os grandes proprietários se uniram em uma organização classista que recebeu a denominação de União Democrática Ruralista (UDR) que caracterizou-se pela defesa do latifúndio, uma nova forma de violência mais articulada entre os proprietários rurais que elevou o nível de mortes entre trabalhadores rurais, assessores e mediadores no campo caracterizada por requintes de crueldade, seletividade ao exterminar sobretudo lideranças e pessoas chaves do movimento. Se estruturou por fora do sindicalismo patronal criando suas fontes de renda através dos famosos leilões de gado onde se fazia proselitismo político e de arrecadação de divisas para as ações da nova entidade, dentre estas visando eleger congressistas constituintes para defender seus interesses, no que foi obtido imenso êxito, tendo em vista o capítulo da Reforma Agrária da Constituição que viria a ser promulgada em 1988 ser de menor expressão que o próprio Estatuto da Terra. A UDR desde a sua fundação elegeu como seus maiores inimigos os setores progressistas das Igrejas e o Movimento dos Sem Terra e adotou um discurso onde negava a existência da questão agrária e tratava a reforma agrária como auxílio social aos excluídos pelo processo de modernização agrícola para desvinculá-la da questão política, ao mesmo tempo em que se distanciava do sindicalismo patronal, num processo semelhante ao que ocorreu com o MST e a CONTAG. As elites agrárias, defensoras da “agricultura moderna”, insistiram no discurso da reforma agrária como algo anacrônico e ultrapassado. BRUNO (1997, p.24) explica

“É arcaica porque expressa formas não modernas de propriedade. É anacrônica porque já existe um padrão de desenvolvimento consolidado, um avanço real da agricultura moderna. Realizá-la significa insistir na agricultura da pá e da enxada.”

Apesar dos grupos dominantes no campo não seguirem um padrão único dada a sua diversidade, alguns fatores os aglutinam em torno da busca de interesses comuns. Dentre estes fatores encontra-se a defesa absoluta do monopólio fundiário e a luta contra as invasões de terra. As classes representadas pela UDR, notadamente os pecuaristas que se utilizam de grandes latifúndios para criação extensiva de gado, procuraram desde a fundação dessa entidade criar uma identidade classista. Nesse sentido BRUNO (1997, p.52)

Atuando prioritariamente nas áreas onde os conflitos de terra são mais graves e nas regiões onde predomina a pecuária, a UDR, no seu processo de constituição aglutinou, nestas regiões, as associações de produtores diretamente ligadas à atividade pecuária, os sindicatos patronais e os inúmeros “grupos de resistência e solidariedade” que foram criados com o intuito de defender a grande propriedade fundiária.

Dois momentos na formação da UDR merecem destaque. No primeiro a definição de ser uma entidade de luta pela defesa dos produtores rurais contra invasões de terra e pela construção de identidade classista. Um segundo momento que merece destaque foi a atuação intensa da entidade no campo jurídico, sendo suas principais linhas de ação o fortalecimento de um núcleo jurídico de apoio e defesa dos proprietários e formação de um lobby na Constituinte com garantia de maior número possíveis de congressistas que apoiassem a causa. Sua base social é formada principalmente por pecuaristas que são os principais alvos da reforma agrária, tendo em vista a forma extensiva de criação comum a esta atividade. Os principais inimigos apontados pela UDR são as igrejas progressistas e o MST que, não por acaso, lutam pela reforma agrária e contra o latifúndio improdutivo.

As divergências entre o MST (que vai surgir em 1984) e a UDR são latentes e óbvias, afinal, lutam no sentido oposto na questão do monopólio fundiário e no processo de constituição do capitalismo no campo. Esse é o entendimento de BRUNO (1997, p. 58-70)

Esses dois movimentos, entendidos como processo social e como campo de força, expressam momentos de luta e conflitos que apontam para alternativas opostas no processo de constituição do capitalismo.

O discurso da UDR, ao passo que referenda – a partir de novos parâmetros – a improdutividade, o monopólio e a especulação com a terra, não se restringe exclusivamente à questão da propriedade fundiária, e busca legitimar-se enquanto “entidade capitalista”, dotada do saber e do capital, portanto, com direito às “benesses” do Estado e a um lugar no bloco dominante. É através desse discurso que a UDR disputa, politicamente, com o movimento sindical dos trabalhadores rurais, os pequenos produtores integrados, e que se contrapõe aos que estão demandando efetivamente por terra.

Apesar de toda oposição ideológica que separa o MST da UDR há também um ponto em comum que os une, que é a crítica severa às instâncias de representação sindical envolvidas no conflito agrário, seja pelo lado dos proprietários, seja pelo lado dos sem terra. Corroborando esse entendimento citamos BRUNO (1997, p.56-58)

No caso da UDR, existe uma crítica velada ao sindicalismo: “As federações e os sindicatos, pelos seus estatutos, estão vinculados ao Ministério do Trabalho, não tendo, portanto, o direito de obter recursos para o debate da reforma agrária, publicamente, e para dar assistência jurídica aos fazendeiros em caso de conflito (JB, 14/06/86).

A meu ver, a crise de representação também funciona para o Movimento dos Sem Terra – contrapartida da UDR na dinâmica da luta de classes no campo. Na realidade, as instâncias legais de representação sindical não estão conseguindo absorver as manifestações mais radicais, e cada vez mais expressivas, de seus representados.

É certo que são distintos os tempos em que os dois movimentos emergem e se impõe. Mas eles têm em comum a questão do monopólio e do acesso à propriedade fundiária, a crítica às suas respectivas instâncias de representação sindical, “amarrados na burocracia e atrelados ao Ministério do Trabalho”, e a visão da inevitabilidade da violência como um dos meios para fazer prevalecer seus interesses.

#### **4) O surgimento do Movimento dos Sem Terra - MST**

Os sem terra saíram do IV Congresso da CONTAG rachados, pois sua situação não era considerada com a ênfase que gostariam pelo sindicalismo rural. Desta forma, optando pela luta por direitos, sobretudo dos canavieiros, uma estratégia interessante articulada e bem sucedida o sindicalismo seguiu um caminho e os sem-terra (herdeiros de pequenos produtores e posseiros com a terra já esgotada) seguem outra direção político ideológica.

Em 1981, após o ressurgimento das greves operárias em 1978 e 1979, ocorreu no município de Ronda Alta, RS, uma grande concentração de pessoas na Encruzilhada Natalino, acampamento que sem terras haviam erguido e estava na iminência de ser invadido por forças do governo federal. Esta concentração reuniu representantes da CONTAG, da CPT (na figura de Dom Tomás Balduino) e pessoas de São Paulo, Paraná e Santa Catarina simpatizantes da luta pela reforma agrária e ajudou que a intervenção pelos militares comandados pelo Major Sebastião de Moura (conhecido como Coronel Curió) fosse feita de forma mais branda e não obtivesse êxito. Dois eventos ocorridos na Encruzilhada demonstraram a força que aquele movimento estava adquirindo: em junho de 1981 uma missa rezada por D. Pedro Casaldáliga, bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia e que teve fundamental papel na criação da CPT, reuniu cerca de seis mil pessoas e a comemoração do Dia dos Trabalhadores Rurais, em 25 de junho, reuniu mais de dez mil pessoas. As palavras de MARTINS (2003:42-43) dão a dimensão do que representou tal acampamento

“O caso da Encruzilhada Natalino, no município de Ronda Alta, dá início a uma nova fase da história da reforma agrária no Brasil porque dá início, de fato, ao protagonismo ativo das populações que lutam pela terra e dá início, também a uma virada, sem volta, de repercussões internas ainda não avaliadas nas respectivas instituições, nas pastorais sociais de duas igrejas envolvidas nos dilemas sociais gestados pelas contradições do nosso regime de propriedade: a Igreja Católica e a Igreja Luterana.

E prossegue

“Encruzilhada Natalino cristaliza as tensões e a demanda pela reforma agrária com base nos princípios da não violência e da resistência pacífica, que tinha adeptos na Igreja Católica, como era o caso de Dom Helder Câmara: a visibilidade pública e a obstinação como forma de demanda de soluções para problemas sociais. Foi lá também, que o Estado brasileiro usou pela última vez, sem êxito, o aparato completo da repressão militar para enquadrar a demanda popular nos limites dos objetivos da política de segurança nacional.”

Corroborando com tal entendimento e analisando o papel da Encruzilhada Natalino RUSCHENSKY (2000:77) afirmou

“o fato histórico produzido ao longo de meses cumpre um papel ímpar sob o ponto de vista qualitativo na configuração inicial do MST e de sua amplitude quantitativa gestada nos anos subseqüentes”.

Em julho de 1982 ocorreu no município de Medianeira, PR, o Encontro Regional do Sul onde estiveram presentes representantes da luta pela reforma agrária dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, além de representantes de dois movimentos de agricultores sem terra do Paraná (MASTRO e MASTES). Deste encontro ficou cristalizado que o maior inimigo dos sem terra era o modelo de desenvolvimento econômico que privilegiava apenas os latifundiários. Dois meses após este encontro a CPT realizou um seminário em Goiânia, GO, com a presença de agentes da pastoral e lideranças de ocupações de terras representando dezessete estados. Neste seminário ficou decidido que para o êxito da luta era fundamental a criação de uma organização a nível nacional e foi emitido um manifesto que representava os anseios do movimento em gestação. Os principais trechos deste manifesto denominado Carta de Goiânia são citados por MORISSAWA (2001:137)

“Aos companheiros sem terra do Brasil

Nós, trabalhadores sem terra, (...) queremos (...) fazer um convite a todos para que entrem na luta pela conquista e defesa da terra e dos direitos que nos são negados.

(...) Toda luta é difícil, porque ela exige muito esforço e uma dedicação comprometida. Lamentamos e protestamos pela perda de muitos companheiros (...), que foram assassinados, vítimas da ganância dos grandes. Apesar disso, muitas vitórias já houve por todo o País com os movimentos. (...) Não nos esquecemos, ainda, de que as lutas e o próprio movimento nos ajudam a tomar consciência da realidade e a descobrir quem são nossos inimigos.

Verificamos que em todas as regiões do país existem conflitos de terra, e o pior de tudo isso é a maneira como se resolvem esses problemas.

Lamentamos outra vez dizer que esses problemas são resolvidos com repressão policial e que a corda quebra sempre do lado mais fraco.

Nós trabalhadores somos vítimas de um sistema que está voltado para o interesse das grandes empresas e dos latifundiários. Se não nos organizarmos em nossos sindicatos e associações de classe, em nossas regiões, em nossos estados e em nível nacional, (...) para confrontar essa realidade que hoje escraviza os fracos, (...) nunca iremos nos libertar dessa vida de explorados e de verdadeira escravidão.

Vivemos num mundo sem finalidade humana (...) fabricado por todo um sistema injusto implantado em nosso país. A terra nas mãos de poucos, os salários baixos, as leis que favorecem os poderosos, o poder e a riqueza nas mãos dessa minoria revelam claramente esse fato que (...) é uma verdadeira violência contra o homem e a natureza. (...) Esse mundo, (...) é o grande gerador de todo tipo de mal que infesta nossa sociedade, como: a criminalidade, a fome, o roubo, o menor abandonado, a prostituição, a miséria e outros tipos de violência.

Alertamos, ainda, todos os companheiros da importância de uma participação consciente nas decisões políticas, porque os problemas citados são frutos das injustiças e da falta de participação. (...)

Queremos nos solidarizar (...) com os canavieiros em greve no estado de Pernambuco e com os companheiros de todo país que estão lutando e sofrendo. Queremos dizer que continuem firmes e mais uma vez convidamos todos (...) para que unam pelos nossos direitos. (...)

Goiânia, 26 de Setembro de 1982.”

O MST tem sua origem histórica em termos de lutas através de ocupação de terras improdutivas por volta 1979 quando ocorreram tentativas mais articuladas de ocupações de terras no sul do Brasil (dentre estas as das citadas fazendas Macali e Brilhante). Muitos consideram o ano de sua criação 1984 quando ocorreu o 1º Congresso Nacional do Movimento. Para STEDILE; FERNANDES (1999:13), 1979 representa o princípio de sua gestação e 1984 seu efetivo nascimento.

Neste processo de formação do movimento foi inestimável a contribuição dada por diversos setores da sociedade, com especial destaque para a Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Igreja Católica. Neste sentido STEDILE; FERNANDES (1999:20-21)

“A CPT foi a aplicação da Teologia da Libertação na prática, o que trouxe uma contribuição importante para a luta dos camponeses pelo prisma ideológico. Os padres, agentes pastorais, religiosos e pastores discutiam com os camponeses a necessidade de eles se organizarem.

(...)

A CPT foi uma força que contribuiu para a construção de um único movimento, de caráter nacional”

No mesmo sentido são as palavras de PALMEIRA (1989, p.104) sobre a importância da participação da Igreja Católica na luta pela reforma agrária

Nos anos recentes, diferentemente do passado, a reforma agrária seria posta pelo movimento dos trabalhadores rurais e por um poderoso aliado, a Igreja Católica que, desde meados dos anos 70, voltara a preocupar-se com o problema agrário, envolvendo-se diretamente na organização dos trabalhadores, em especial nas áreas de expansão da fronteira agrícola do norte e do centro-oeste. Invertia-se o sentido das coisas, comparativamente aos anos 50 e 60: ao invés da bandeira da reforma agrária ser objeto da *conscientização* dos camponeses promovida por uma elite urbana, o problema agora era as organizações de trabalhadores *venderem* a uma cidade também transformada a idéia de reforma agrária e conseguirem, junto com forças urbanas, levar o Governo a realizá-la. É significativo que tenha sido criada em 1982 uma Campanha Nacional pela Reforma Agrária cujos promotores e integrantes eram, não os partidos políticos ou os sindicatos urbanos, mas a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, a Comissão Pastoral da Terra, a Linha 6 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e duas pequenas organizações de intelectuais pró-reforma agrária: a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) que propunham às forças sociais tornar "a Reforma Agrária uma bandeira e um movimento concreto de toda a sociedade em apoio à Luta dos trabalhadores rurais

A participação da CPT se traduzia em termos de cursos de formação de lideranças, abrindo espaços físicos para essas reuniões e assembleias, apoiando intelectualmente através de reflexões sobre a conjuntura nacional e a luta pela terra, onde alguns de seus principais intelectuais tiveram destaque, dentre eles José de Souza Martins, ou arregimentando nas universidades outras forças de pensamento que o Movimento já começava a seduzir, com destaque especial para o professor universitário Zander Navarro.

A mescla entre lideranças de base, dentre estas Stédile, e intelectuais oriundos das universidades e assessores da CPT ajudou consideravelmente o processo de argumentação, a criação de redes de advogados de apoio e o avanço qualitativo e quantitativo do MST no Brasil desde o seu nascedouro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta pela terra no Brasil existe há mais de 500 anos, desde que os “descobridores” aqui aportaram. Diferentes grupos, sob diferentes formas, lutaram e lutam desde então para entrar e/ou permanecer na terra. Dentre esses grupos alguns podem ser identificados como movimentos sociais e dentre estes destacamos o MST que é o mais duradouro movimento social de luta pela terra existente no Brasil. Negar tal fato e tentar reduzi-lo a ser apenas um ator social é diminuir a importância histórica que este movimento através de sua luta conquistou.

Vários fatores contribuíram de forma decisiva na formação do MST, dentre os quais destacamos no presente artigo os movimentos anteriores de luta, merecendo realce Canudos, Contestado e as Ligas Camponesas. Inestimável foi a contribuição dada pela Comissão Pastoral da Terra, tanto do ponto de vista material como do ponto de vista da formação de uma consciência de luta camponesa nos trabalhadores rurais a partir da aplicação da Teologia da Libertação.

Ao longo desses quase trinta anos de existência o MST conquistou um lugar de importante mediador de conflitos agrários junto ao poder público e, apesar de todas as dificuldades, mantém viva sua luta não só por reforma agrária, mas também por uma modificação estrutural do campo brasileiro e a possibilidade de uma vida digna para os trabalhadores rurais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUNO, Regina. **Senhores da terra, senhores da guerra (a nova face política das elites agroindustriais no Brasil)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, UFRRJ, 1997

DUARTE, Nestor. **Reforma Agrária**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1953

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brasil: 500 anos de luta pela terra**. 2000 (Acessado de <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/terra/mst3.htm>> Acesso em 04/07/2012)

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1983

MARTINS, José de Souza. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **A história dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX**. *In*: Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a reforma agrária no Brasil, org. Miguel Carter. São Paulo: Ed. UNESP, 2010

MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2001

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária**. São Paulo: Desenvolvimento Rural. Estudos Avançados, vol. 15, nº43, 2001

PALMEIRA, Moacir. **Modernização, Estado e questão agrária**. Estudos Avançados, vol.3, n.7. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1989

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST**. 2005 (Acessado de <<http://www.cantacantos.com.br/revista/index.php/geografias/article/view/1/1>> Acesso em 10/11/2011)

RUSCHENSKY, Aloísio. **Terra e política: a luta social do MST pela reforma agrária no sul do país**. Rio Grande: Editora da FURG, 2000

SCHILLING, Paulo. **Como se coloca a direita do poder**. São Paulo. Global Editora, 1979

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999

STEDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 1999

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária e o socialismo**. *In*: STEDILE, João Pedro (org.) A questão agrária hoje. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

VINHAS, Moises. **Problemas Agrário -Camponeses do Brasil**. *In*: A questão agrária no Brasil (vol.1), STÉDILE, J.P. (org.). 2ªEd. São Paulo: Ed. Expressão Popular. 2011

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. XX Encontro Anual da ANPOCS. Processos sociais agrários. Caxambu. Outubro de 1996